



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL ANO 2025

Documento elaborado pela CPA, atendendo às exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

FACULDADE FAIPE

CUIABÁ – MT

2025

Sumário

1.1 Identificação da IES	4
1. DADOS INSTITUCIONAIS.....	4
1.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)	4
2.2 Plano de execução das atividades da CPA no processo avaliativo de 2025	6
2.3 Elaboração do processo avaliativo.....	6
A seguir, apresenta-se a tabela com os indicadores avaliados nos questionários. Cada indicador é composto por diversas questões, cuja média conjunta resulta na nota final.....	6
2.4 Processo de Avaliação	7
2.5. Análise das informações coletadas	8
2.6. Elaboração dos relatórios de avaliação	8
2.7 Divulgação dos resultados da avaliação	9
3. Percentual de participação do processo avaliativo de 2025	10
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....	11
4.1 DIMENSÃO 8: planejamento e avaliação.....	11
5. Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	13
5.1 DIMENSÃO 1: missão e plano de desenvolvimento institucional.....	13
5.2 DIMENSÃO 3: responsabilidade social da instituição.....	14
6.1 DIMENSÃO 2: políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão	15
6. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS	15
AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS E ON-LINE	16
6.2 DIMENSÃO 9: políticas de atendimento aos estudantes	19
AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	20
7.1 DIMENSÃO 5: políticas de pessoal	20
7. Eixo 4: Políticas de Gestão.....	20
7.2 DIMENSÃO 6: organização e gestão da instituição.....	22
AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	23
7.3 DIMENSÃO 10: sustentabilidade financeira.....	23
8.1 DIMENSÃO 7: infraestrutura física.....	24
8. Eixo 5: Infraestrutura Física	24
AVALIAÇÃO DAS SALAS DE AULA	25
AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS.....	25
AVALIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA/PRÁTICAS.....	25
AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade FAIPE apresenta o Relatório de Autoavaliação Institucional 2025 . O documento tem como objetivo relatar o planejamento, os resultados e as ações eficazes nos processos avaliativos internos e externos realizados ao longo do ano de 2025. A CPA atua de forma estratégica e autônoma, envolvendo toda a comunidade acadêmica no fortalecimento da cultura avaliativa da Instituição.

O processo avaliativo desempenha um papel essencial na compreensão da realidade institucional, possibilitando a valorização de potencialidades e a superação de fragilidades identificadas. A análise contínua dos resultados obtidos permite a adoção de medidas que garantam a qualidade do serviço prestado à comunidade acadêmica e local. Dessa forma, a autoavaliação deve ser um processo permanente, alinhado à melhoria da qualidade da educação superior e à ampliação de sua oferta.

Para a coleta de informações, foram aplicados questionários a diferentes públicos, incluindo acadêmicos, professores, coordenadores e membros do corpo técnico-administrativo. Além disso, a CPA conduziu entrevistas, análises documentais e desenvolveu instrumentos adicionais para avaliar dimensões não contempladas nos questionários.

Em síntese, este relatório apresenta as ações da CPA no período avaliado, reafirmando a importância da avaliação institucional como instrumento de melhoria contínua. Ao identificar desafios e oportunidades, o processo avaliativo orienta medidas para aprimorar a qualidade do ensino, da gestão acadêmica e do atendimento à comunidade, fortalecendo a excelência da Faculdade FAIPE.

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 Identificação da IES

IES	Faculdade FAIPE
Mantenedora	Instituto de Pesquisa e Ensino Ltda-ME
CNPJ	08.580.844/0001-60
Endereço	Avenida das Flores, 75 – Jardim Cuiabá.
Dirigente	Marcus Vinicius Crepaldi

1.2 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão responsável por conduzir os processos de autoavaliação institucional, visando a melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa. Instituída pelas Portarias nº 013/2019, de 28 de agosto de 2024 e Portaria nº 010/2024 de janeiro de 2024, sua composição e mandato estão definidos em seu Regimento Interno. A CPA atua de forma autônoma, promovendo análises e emitindo relatórios que contribuem para o desenvolvimento institucional.

Atualmente, a coordenação da CPA está a cargo da Prof^ª. Salete Schmitz Takeda

NOME	SEGMENTO REPRESENTATIVO
Hemily Cardoso de Moraes	Discente
Salete Schmitz Takeda	Membro do Corpo Técnico-Administrativo/coordenadora CPA
Oscemário Forte Daltro	Docente
Abimael Costa Melo	Representante da Sociedade Civil Organizada

1.3. Indicadores de qualidade da Educação Superior

Índices Institucionais - IES			
	IGC Contínuo	IGC (Geral)	
Índice Geral de Cursos (IGC)	2.7599 (2022)	3 (2022)	
Conceito Institucional (CI)	4 (2024)		
CURSOS	ÍNDICES DE CURSOS		
	ENADE	CPC	CC
Bacharelado Direito	3	3	4

Bacharelado Odontologia	2	4	4
--------------------------------	---	---	---

Bacharelado Educação Física	2	3	4
------------------------------------	---	---	---

2. Metodologia do processo avaliativo

2.1. Introdução

As diretrizes para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da Faculdade Faipe envolveram várias etapas.

Na realização do Programa de Avaliação Institucional foram utilizados os seguintes processos:

A – Planejamento – A elaboração do projeto de avaliação compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. O planejamento deve ser informado à comunidade acadêmica, e devem-se levar em conta as características da Instituição, seu porte e a existência de experiências avaliativas anteriores, tais como: autoavaliação, avaliação externa, avaliação dos docentes, feita pelos estudantes, avaliação de desempenho do pessoal técnico-administrativo, avaliação da pós-graduação, entre outras.

B – Desenvolvimento – No desenvolvimento, a autoavaliação é fundamental para assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

C – Consolidação – Nesse momento, o objetivo da CPA é o de articular mecanismos para que todos os envolvidos – gestores, avaliadores e avaliados – possam acessar e incorporar os resultados tangenciados na autoavaliação e buscar, através deles, a melhoria da qualidade na Instituição.

A metodologia dos trabalhos da CPA da Faculdade FAIPE teve como força motriz os seguintes pressupostos:

- ✓ Acompanhamento das ações de melhoria realizadas pela IES, a partir dos relatórios produzidos ao final de cada processo de pesquisa;
- ✓ Identificação das potencialidades e fragilidades nos aspectos acadêmicos e administrativos.
- ✓ Fortalecimento do elo entre os anseios da comunidade acadêmica e os dirigentes institucionais;
- ✓ Disseminação e geração de conhecimento da IES acerca de sua realidade.

2.2 Plano de execução das atividades da CPA no processo avaliativo de 2025

2025												
Atividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Reuniões ordinárias												
Colóquios CPA												
Elaboração do RAI												
Revisão e validação dos instrumentos (questionários)												
Postagem do RAI no E-mec												
Divulgação dos resultados para toda comunidade acadêmica (ano anterior)												
Apresentação detalhada dos resultados (ano anterior)												
Confecção dos planos de ações de cursos e institucionais												
Sensibilização da comunidade acadêmica												
Aplicação dos questionários para acadêmicos												
Aplicação do questionário para acadêmicos, coordenadores, professores e membros do corpo técnico-administrativo												
Análise depurada das informações coletadas (RAI) – ano anterior												
Apresentação parcial dos resultados à comunidade acadêmica (ano atual)												

2.3 Elaboração do processo avaliativo

A CPA manteve a participação na Avaliação Institucional de professores, coordenadores, acadêmicos e colaboradores. Para isso, foram definidos questionários direcionados aos respectivos segmentos atentando para as dimensões sugeridas pelo SINAES.

Metodologia:

- ✓ Definição dos segmentos que participam da avaliação institucional.
- ✓ Manutenção dos instrumentais utilizados no ano anterior.
- ✓ Determinação de metodologia de aplicação.
- ✓ Consolidação do instrumento final a ser aplicado.

A seguir, apresenta-se a tabela com os indicadores avaliados nos questionários. Cada indicador é composto por diversas questões, cuja média conjunta resulta na nota final.

Indicador	Acadêmicos	Professores	Coordenadores	Corpo técnico-administrativo
Ambiente Virtual de Aprendizagem	x	x	x	
Atendimento da Unidade	x			
Atendimento de setores	x			
Atuação do Coordenador de Curso	x	x		
Atuação do Professor das disciplinas presenciais			x	
Atuação do Professor das disciplinas on-line (tutor de turma)	x			
Biblioteca		x	x	
Comunicação Interna				
Convivência / Alimentação				x
Convivência / Refeitório				x
Espaço de convivência e de alimentação		x	x	
Espaço de trabalho para docentes em tempo integral		x		
Espaço de trabalho para o coordenador			x	
Formação acadêmica		x	x	
Gestão da IES		x	x	x
Infraestrutura	x			
Instalações administrativas				x
Instalações sanitárias		x		x
Material Didático	x			
Mercado de trabalho	x			
Organização didático-pedagógica		x	x	
Sala coletiva de professores		x	x	
Tutoria interna	x			
Valores da IES				x

2.4 Processo de Avaliação

A etapa do processo de avaliação realizada em 2025 teve início com a sensibilização da comunidade acadêmica, convocando os diferentes segmentos para participarem da autoavaliação institucional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) coordenou e sistematizou todas as atividades, garantindo que o processo ocorresse conforme o cronograma estabelecido. Para isso, foram utilizados instrumentos específicos de avaliação, permitindo uma análise

detalhada da percepção dos acadêmicos, professores, coordenadores e colaboradores sobre diversos aspectos institucionais.

A metodologia aplicada incluiu a distribuição de questionários direcionados aos diferentes públicos, a análise de documentos institucionais e entrevistas com todos os atores que compõem o processo avaliativo. Os questionários foram disponibilizados via Gioconda, facilitando o acesso e a participação. Além disso, a CPA manteve um suporte contínuo para esclarecer dúvidas e garantir a fluidez do processo avaliativo, reforçando o compromisso com a transparência e a melhoria contínua da instituição.

2.5. Análise das informações coletadas

A próxima etapa do processo avaliativo consistiu na análise das informações coletadas, seguindo as dimensões estabelecidas pelo SINAES. Nesse momento, a CPA diagnosticou os resultados obtidos, identificando dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades da instituição. Para isso, foram utilizados instrumentos de pesquisa, além da análise detalhada de documentos institucionais e relatórios gerados ao longo do processo. Essa etapa teve como objetivo estruturar um diagnóstico preciso que serviriam de base para a elaboração de relatórios estratégicos voltados para a melhoria contínua da instituição.

2.6. Elaboração dos relatórios de avaliação

A fase seguinte ao processo de análise foi a elaboração dos relatórios de autoavaliação. A partir das informações coletadas e analisadas, a CPA desenvolveu relatórios detalhados que sintetizaram os resultados do diagnóstico institucional. Esses documentos têm como objetivo apresentar uma visão clara das áreas de excelência, assim como as dificuldades e os pontos que precisam de melhorias. Além disso, os relatórios fornecem subsídios para a criação de planos de ação voltados ao desenvolvimento institucional, garantindo que o processo de autoavaliação contribua efetivamente para o aperfeiçoamento contínuo da instituição.

Para a confecção deste relatório, a CPA seguiu como guia o SINAES - Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, disponível no site do INEP. De acordo com o Roteiro, com os documentos institucionais e com as discussões realizadas nas reuniões com a comunidade acadêmica, foram compilados os resultados da avaliação institucional de 2024, refletindo as contribuições da CPA. É importante ressaltar que, conforme o SINAES (2004, p.13), "o núcleo de temas optativos contém tópicos que podem ser ou não selecionados

pelas IES para avaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de Avaliação Institucional".

Os quesitos avaliados foram alinhados com as dimensões propostas e pontuados em uma escala qualitativa, que vai desde *discordo totalmente* até *concordo totalmente*, permitindo uma avaliação mais precisa e detalhada das percepções da comunidade acadêmica. Com base nessa escala qualitativa, os conceitos foram quantificados da seguinte maneira:

- **Discordo totalmente:** de 0 a 1,25;
- **Discordo:** de 1,26 a 2,50;
- **Concordo:** de 2,51 a 3,75;
- **Concordo totalmente:** de 3,76 a 5,00

Com essas pontuações, foram definidos os pontos de corte dos indicadores, que foram classificados em três níveis, permitindo uma análise mais clara e objetiva dos resultados. Os níveis estabelecidos foram:

- **Indicador Baixo:** notas de 0 a 3,29;
- **Indicador Médio:** notas de 3,30 a 3,59;
- **Indicador Alto:** notas de 3,60 a 5,00

Essa classificação facilita a identificação de áreas que precisam de melhoria, bem como as que já estão atendendo às expectativas, proporcionando um direcionamento mais eficaz para as ações de aprimoramento institucional.

2.7 Divulgação dos resultados da avaliação

A última etapa do processo avaliativo envolveu a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e aos colaboradores da instituição. Os resultados foram apresentados de maneira ampla, com o objetivo de garantir a transparência e o engajamento de todos os envolvidos no processo. Para isso, foram realizadas várias ações de socialização, incluindo:

- Seminário de socialização com coordenadores de curso e docentes, promovendo um espaço para discussão dos resultados e das possíveis ações de melhoria.
- Socialização do relatório final à direção, professores e acadêmicos, garantindo que todos os segmentos da comunidade acadêmica tivessem acesso às informações.
- Divulgação dos resultados nos murais e no site institucional, proporcionando visibilidade e acesso fácil às informações.
- Divulgação dos resultados da avaliação do docente, contribuindo para a reflexão sobre a prática pedagógica e as áreas a serem aprimoradas.

Apresentação dos resultados gerais aos colaboradores de cada setor, envolvendo toda a instituição no processo de aprimoramento contínuo.

Essas iniciativas visaram promover a transparência dos resultados da avaliação, estimular o envolvimento da comunidade acadêmica e garantir que as ações e melhorias sejam efetivamente reconhecidas e adotadas.

3. Percentual de participação do processo avaliativo de 2025

Percentual de acadêmicos respondentes

Curso	Percentual de alunos respondentes 2025
Bacharelado em Direito	37,33
TOTAL	37,33%
Curso	
Bacharelado em Odontologia	53,14%
TOTAL	53,14%

Percentual de docentes respondentes

Curso	Percentual de docentes respondentes
Todos os cursos	98%

Percentual de coordenadores respondentes

Curso	Percentual de coordenadores respondentes
Todos os cursos	100%

Percentual de membros do corpo técnico-administrativo respondentes

	Percentual de colaboradores respondentes
Membros do corpo técnico-administrativo	75%

A baixa participação dos acadêmicos foi um dos pontos mais negativos do processo avaliativo de 2024, entretanto em 2025 houve um acréscimo de 29,24%. Os alunos participaram da aplicação dos questionários, o que resultou em uma participação global mais robusta, cujo engajamento demonstra a necessidade de desenvolver métodos para uma maior mobilização.

Para o índice de participação, a CPA implementará algumas estratégias. Entre elas, destacam-se a intensificação das campanhas de sensibilização sobre a importância da avaliação institucional, utilizando canais de comunicação mais diretos, como canais institucionais e eventos presenciais. Além disso, serão realizadas reuniões com representantes de diferentes cursos para reforçar a relevância da participação dos acadêmicos no processo. Também será considerada a adaptação dos métodos de aplicação dos questionários, tornando-os mais acessíveis e dinâmicos, a fim de envolver ainda mais a comunidade acadêmica de forma eficaz e incentivar uma maior adesão.

A seguir, se apresentará o processo de análise, orientado pelas dimensões definidas no SINAES. Foram identificadas e apresentadas ações comprobatórias vinculadas a cada uma dessas dimensões, considerando também a percepção dos discentes, colaboradores e docentes sobre os itens avaliados. Para realizar essa análise, a CPA utilizou diversos instrumentos, como documentos institucionais, entrevistas, visitas aos setores, reuniões e os dados provenientes dos questionários aplicados. O foco da análise esteve nos objetivos definidos para cada dimensão, com a finalidade de assegurar que todos os critérios fossem abordados de forma detalhada e estruturada.

A partir dessa análise, serão tomadas ações estratégicas para fortalecer os pontos positivos e trabalhar as áreas que apresentaram desafios. Serão realizadas reuniões de acompanhamento com os responsáveis pelas áreas identificadas, além de elaborar um plano de ação com medidas concretas para superar as dificuldades apontadas. A CPA também seguirá monitorando a implementação das ações, realizando ajustes conforme necessário, a fim de garantir o constante aprimoramento da instituição.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

4.1 DIMENSÃO 8: planejamento e avaliação

O objetivo desta dimensão foi verificar a adequação e a efetividade dos procedimentos de avaliação e o acompanhamento do planejamento institucional, com foco especial nas atividades educativas. A avaliação institucional, como prática anual, tem se mostrado um

instrumento fundamental para o planejamento estratégico da instituição, permitindo a análise contínua e a melhoria de processos.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Faipe em conformidade com a Lei nº 10.861, exerce uma função autônoma, independente dos conselhos e demais órgãos colegiados da instituição, sendo responsável pela condução dos processos de avaliação internos. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo um coordenador, um representante docente, um representante discente, um representante do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil organizada.

O processo de autoavaliação institucional atualmente ocorre conforme as atividades descritas a seguir:

- Sensibilização;
- Elaboração do processo de avaliação;
- Processo de Avaliação;
- Análise das informações coletadas;
- Elaboração dos relatórios de avaliação;
- Divulgação dos resultados da avaliação.

Em comparação com o ano de 2024, a metodologia do processo avaliativo em 2025 passou por uma alteração significativa, visando um acompanhamento mais contínuo e dinâmico das percepções dos acadêmicos. No ano anterior, foi adotada a aplicação de um único questionário anual, o que, de fato, limitava a coleta de dados a um único momento do ano. Em 2024, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) decidiu revisar essa abordagem, implementando a aplicação de **dois** questionários ao longo do ano de 2026, com o objetivo de permitir uma coleta de informações mais espaçada e contínua, possibilitando uma análise mais precisa das variações nas percepções ao longo do tempo e permitindo ajustes mais rápidos nas práticas pedagógicas e administrativas.

Com relação aos coordenadores, professores e membros do corpo técnico-administrativo, a Comissão decidiu manter a aplicação de apenas um questionário anual, tendo em vista que a natureza de suas funções e responsabilidades permite uma avaliação mais consolidada e pontual ao longo do ano. Além disso, a Comissão considerou que, para esses segmentos, a coleta de dados em um único momento é suficiente para capturar as percepções e sugestões de melhorias, uma vez que as ações e mudanças implementadas no âmbito acadêmico e administrativo tendem a ser de médio a longo prazo, o que justifica uma avaliação menos frequente, mas igualmente detalhada. Assim, a metodologia adotada para esses grupos

permanece inalterada, mas com a mesma preocupação em refletir as necessidades e realidades da instituição de forma eficaz.

Para os próximos anos, espera-se que a aplicação de todos os questionários seja realizada conforme planejado, o que contribuirá significativamente para um processo de avaliação mais eficiente e detalhado, refletindo com maior precisão as necessidades da comunidade acadêmica.

5. Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

5.1 DIMENSÃO 1: missão e plano de desenvolvimento institucional

Para a avaliação desta dimensão, foram utilizados como recursos reuniões institucionais e análise de documentos estratégicos. A análise documental buscou verificar a coerência entre os principais planos institucionais e as diretrizes educacionais adotadas.

Os principais objetivos dessa análise foram:

- Identificar se a missão, os objetivos e os compromissos institucionais estão claramente definidos nos documentos estratégicos.
- Avaliar se os objetivos institucionais refletem sobre as práticas pedagógicas e administrativas.
- Examinar a relação entre os planos institucionais e o contexto social e econômico da instituição.
- Verificar a articulação entre o PDI, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano Pedagógico dos Cursos, no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

A análise dos documentos institucionais permitiu verificar a estruturação da missão, objetivos e compromissos da instituição, demonstrando sua articulação com as práticas acadêmicas e administrativas. Além disso, foi possível constatar que as diretrizes estratégicas estabelecem parâmetros para a formação docente, a infraestrutura acadêmica e a prestação de serviços à comunidade.

A relação entre a instituição e seu contexto social e econômico também foi observada nos documentos institucionais, os quais evidenciam a preocupação em alinhar as atividades acadêmicas às demandas locais e regionais. A estrutura curricular dos cursos reflete essa perspectiva, garantindo flexibilidade e interdisciplinaridade, bem como a promoção de metodologias inovadoras e práticas inclusivas.

Os projetos pedagógicos dos cursos apresentam diretrizes voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades, priorizando a formação integral dos estudantes. Além disso, a estrutura acadêmica e a infraestrutura institucional estão organizadas

para proporcionar suporte adequado às atividades de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo um ambiente educacional dinâmico e qualificado.

Diante dessa análise, conclui-se que os documentos institucionais estão bem articulados entre si e estruturados de forma a garantir a coerência das diretrizes acadêmicas e administrativas. Essa organização possibilita que a instituição mantenha um alinhamento contínuo com seus objetivos estratégicos, fortalecendo sua atuação no cenário educacional.

Em comparação a 2025, houve um avanço significativo na conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para ampliar a compreensão e o engajamento de docentes, discentes e técnicos-administrativos, foram promovidas ações específicas, incluindo debates presenciais e virtuais. Inicialmente, essas discussões foram realizadas com professores e coordenadores, proporcionando um espaço para esclarecimento de dúvidas, alinhamento estratégico e reflexão sobre a aplicabilidade do PDI no cotidiano acadêmico. No entanto, para 2026, a proposta é expandir esse diálogo, promovendo debates voltados diretamente aos alunos, a fim de fortalecer sua participação e compreensão sobre a importância do plano no desenvolvimento institucional.

5.2 DIMENSÃO 3: responsabilidade social da instituição

A responsabilidade social desempenha um papel fundamental na inserção da comunidade acadêmica na realidade social, estimulando uma atuação pautada no conhecimento político e pedagógico, além de fortalecer a interação com a sociedade. Por meio das ações institucionais, alunos e professores são impactados, desenvolvendo novas perspectivas culturais que, por sua vez, geram transformações positivas na comunidade. Essas iniciativas permitem que a educação ultrapasse os limites da sala de aula, promovendo um engajamento mais efetivo com questões sociais relevantes.

Nas Instituições de Ensino Superior, a responsabilidade social não é apenas um tema de discussão, mas uma prática essencial que influencia diretamente seus objetivos, estratégias e seu papel na sociedade. Para avaliar essa dimensão, optou-se por identificar e caracterizar as atividades institucionais de cunho social realizadas junto à comunidade, abrangendo áreas como educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Além disso, buscou-se levantar evidências de políticas institucionais voltadas à inclusão de estudantes, reforçando o compromisso da instituição com a equidade e a acessibilidade no ensino superior.

Em comparação a 2025, houve uma implementação significativa de estratégias

voltadas ao fortalecimento da responsabilidade social dentro da instituição. A ampliação das iniciativas buscou não apenas consolidar o compromisso acadêmico com a comunidade, mas também incentivar a participação ativa dos alunos e professores em projetos que geram impacto social real. A valorização da extensão universitária tornou-se um pilar essencial, garantindo que as ações desenvolvidas tenham continuidade e relevância para a sociedade, demonstrando que a solidez da cultura da extensão foi priorizada, fortalecendo iniciativas, como a Semana de Iniciação Científica e Extensão. Esse evento possibilitou uma maior integração entre a comunidade interna e externa, promovendo debates, palestras e apresentações de projetos que reforçam o papel transformador da universidade. A troca de conhecimentos entre acadêmicos e a sociedade fortalece a aplicação prática do aprendizado, incentivando o engajamento de estudantes e professores em ações que extrapolam o ambiente acadêmico e contribuem para o desenvolvimento social e econômico da região.

Além disso, houve um aumento expressivo no número de projetos de extensão aprovados, bem como a formalização de novos termos de cooperação que estabeleceram um elo ainda mais forte entre a instituição e a comunidade. Esses acordos garantem a implementação de ações conjuntas, fortalecendo parcerias estratégicas e ampliando o impacto das atividades acadêmicas na sociedade e neste contexto, a de se destacar o Projeto Semeando Sorrisos em parceria com o Instituto Bíblico Único Caminho – IBUC, que foi realizado na África do Sul em Angola na cidade Huambo, atendendo 212 pessoas que vivem à margem das mazelas sociais, realizando 212 atendimentos, o que resultou em 80 atendimentos preventivos, 329 extrações, 80 restaurações e 60 limpeza, além da distribuição de 4.000 kits de higiene bucal. Para 2026 está projetado para o mês de abril nova excursão para dar continuidade ao projeto.

Para 2026, a previsão é de que mais projetos sejam criados e novas parcerias sejam firmadas, consolidando ainda mais o compromisso institucional com a responsabilidade social e a transformação do contexto em que está inserida.

6. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

6.1 DIMENSÃO 2: políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão

Nesta dimensão, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) conduziu reuniões estratégicas com a gestão acadêmica e os coordenadores de curso, utilizando como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os resultados da Avaliação Institucional. A partir dessas análises, foram definidos indicadores para a verificação da dimensão, garantindo um acompanhamento técnico e sistemático das políticas acadêmicas.

Os objetivos estabelecidos incluem a identificação da concepção de currículo e dos critérios orientadores para sua atualização; a análise das práticas institucionais voltadas à melhoria do ensino, formação docente, apoio ao estudante, interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e uso de novas tecnologias no ensino; além da verificação e quantificação das percepções dos discentes sobre a organização didático-pedagógica, formação e atuação docente e o papel dos coordenadores de curso.

A análise teve como ponto de partida o PDI, com especial atenção às Políticas de Ensino, que demonstram alinhamento com os princípios institucionais. De modo geral, constatou-se que o projeto institucional, pedagógico e a estrutura curricular são concebidos de forma flexível, demandando discussões contínuas pela comunidade acadêmica. Além disso, observa-se uma preocupação não apenas com os conteúdos programáticos, mas também com sua organização e aplicação no cotidiano educacional. A ênfase recai sobre a participação ativa e a busca pela excelência acadêmica, promovendo a constante atualização curricular para garantir a pertinência dos cursos em relação às demandas sociais, inovações tecnológicas e diretrizes curriculares nacionais.

AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES DAS DISCIPLINAS PRESENCIAIS E ON-LINE

Na avaliação institucional os professores, tanto das disciplinas presenciais quanto das on-line, foram avaliados. O coordenador de cada curso tem acesso aos dados docentes e isso possibilita que a cada ano possam ser tomadas decisões para qualificar o desempenho docente nos quesitos avaliados.

Atuação do Professor das disciplinas presenciais	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,89

Atuação do Professor das disciplinas on-line	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,63

O indicador **atuação do professor das disciplinas presenciais** foi obtido com base na avaliação dos seguintes aspectos: apresentação do conteúdo de forma dinâmica e envolvente; promoção de atividades para a aplicação prática dos conteúdos; domínio dos conteúdos; uso de tecnologias da informação e comunicação como estratégia de ensino; disponibilidade para

atendimento; relação professor-aluno que estimula o estudo e a aprendizagem; compatibilidade das avaliações da aprendizagem com os conteúdos ou temas trabalhados.

Já o indicador **atuação do professor das disciplinas on-line (tutor de turma)** foi avaliado com base nos seguintes aspectos: domínio do conteúdo e atualização dos conhecimentos; cumprimento do cronograma das aulas; satisfação dos alunos com o atendimento às dúvidas e a orientação na trilha de aprendizagem.

O índice se mantém em um patamar satisfatório, demonstrando que a qualidade do ensino segue bem avaliada pelos alunos. A satisfação está relacionada a interação entre docentes e estudantes, devido à adaptação a novas metodologias e ao aumento das demandas acadêmicas. Para manter essa tendência e fortalecer a atuação docente, a Comissão recomendará aos setores responsáveis o investimento essencial e contínuo em capacitações focadas em estratégias de engajamento, como a aplicação de metodologias ativas e a ampliação do feedback individualizado. Além disso, a implementação de espaços de escuta para os alunos poderá contribuir para a identificação de oportunidades de melhoria, possibilitando ajustes mais precisos no processo de ensino-aprendizagem. Está previsto para 2026 a implantação da metodologia PBL (Problem-Based Learning), pois, trata-se de uma metodologia ativa que coloca o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, estimulando autonomia, pensamento crítico e resolução de problemas reais.

Já no indicador de atuação do professor nas disciplinas on-line, o resultado de 3,63 em 2025 reflete a percepção dos alunos sobre a atuação do professor no suporte às dúvidas e no acompanhamento da trilha de aprendizagem no ambiente remoto. No entanto, para manter e até elevar esse desempenho, a Comissão recomendará a diversificação dos recursos didáticos digitais, no aprimoramento das interações síncronas e assíncronas e na oferta de capacitações contínuas para os docentes.

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

Atuação do Coordenador de Curso	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,42

Neste indicador, são avaliados os aspectos que se referem à disponibilidade para orientação acadêmica dos alunos; manutenção de um canal aberto de comunicação com os alunos; divulgação de indicadores de qualidade do curso obtidos pela avaliação institucional para os alunos; promoção de mudanças, quando necessárias, para melhorar a qualidade do

ensino; atuação como mediador de conflitos entre alunos e professores; atuação junto aos alunos com dificuldades de permanecerem no curso.

O índice de 3,42 reflete uma avaliação satisfatória da coordenação. Para aprimorar esse indicador, a Comissão recomendou a otimização dos canais de comunicação entre coordenação e discentes, garantindo maior acessibilidade e eficiência no atendimento, bem como a implementação de reuniões periódicas com líderes de turma, promovendo melhorias contínuas na gestão do curso, o que demonstrou uma queda no resultado, comprovando que havia necessidade de alinhamento.

6.2. DIMENSÃO 4: comunicação com a sociedade

A comunicação em uma Instituição de Ensino Superior desempenha um papel essencial na integração de todos os membros da comunidade acadêmica, facilitando a harmonização dos planejamentos, deliberações e ações. Ela é fundamental para sincronizar a participação dos diferentes atores, tanto internos quanto externos, garantindo que todos estejam alinhados com os objetivos institucionais. A comunicação, nesse contexto, não se limita a informar, mas também tem um papel motivacional, valorizando indivíduos e promovendo a construção de valores essenciais para o fortalecimento da cultura organizacional.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem se dedicado a aprimorar a comunicação institucional por meio de reuniões com diversos setores da instituição, como marketing, direção administrativa e tecnologia da informação. O foco dessas reuniões tem sido a análise das estratégias, recursos e da qualidade da comunicação interna e externa. A CPA busca identificar as melhores práticas e oportunidades de melhoria, visando um fluxo de informações mais eficiente, que contribua para o engajamento da comunidade acadêmica e a transparência das ações institucionais.

A Faculdade Faipe utiliza uma ampla gama de recursos e estratégias de comunicação tanto interna quanto externa. Para a comunicação interna, a instituição disponibiliza murais nos corredores, salas de aula e salas de professores, além de sistemas on-line para contatos, e-mails e recados. Para a comunicação interna/externa, são utilizados banners, site institucional e ouvidoria, enquanto a comunicação externa é realizada por meio de outdoors, imprensa e a divulgação de folders, cartazes e conteúdo no site. A presença da instituição na mídia local e redes sociais, com reportagens sobre suas atividades e a divulgação dos cursos nas escolas da região, contribui para o fortalecimento de sua imagem e a ampliação de sua rede de contatos.

Em 2024, a Comissão recomendou ao setor de marketing que a instituição continue

investindo na divulgação da marca Faipe, aproveitando o aumento da visibilidade gerado pelas campanhas em mídias e enfatize os cursos. A continuidade dessas estratégias permitiu consolidar a presença da instituição no mercado educacional e atrair um público ainda maior.

No âmbito da comunicação interna, a Comissão recomendará a continuidade da utilização de recursos já estabelecidos, como os murais e os sistemas de comunicação on-line, e a intensificação da função da ouvidoria. É fundamental que a instituição siga promovendo a transparência e o diálogo interno, garantindo que os alunos e colaboradores tenham um canal eficiente para expressar suas opiniões e sugestões. A Comissão também sugerirá realizar uma investigação interna para identificar possíveis dificuldades de comunicação em setores específicos, buscando soluções para melhorar a interação entre os diferentes departamentos. Além disso, o fortalecimento da comunicação com os alunos sobre aberturas de turmas e eventos acadêmicos pode contribuir para um maior engajamento e alinhamento dentro da comunidade acadêmica.

6.2 DIMENSÃO 9: políticas de atendimento aos estudantes

Os objetivos para esta dimensão incluem analisar o processo de integração dos estudantes à vida acadêmica e aos programas relacionados à qualidade de vida estudantil, bem como quantificar o processo de comunicação interna. Para tanto, foram realizadas reuniões com os setores responsáveis, com o intuito de entender as políticas de atendimento aos estudantes e avaliar a percepção dos discentes sobre essas práticas, culminando na efetivação das ações pertinentes.

No que se refere à estrutura acadêmica e administrativa, os alunos de todos os cursos oferecidos pela Faculdade Faipe têm acesso a uma estrutura comum, que inclui biblioteca, cantina, serviços de limpeza, segurança, estacionamentos, secretaria acadêmica e auditório, entre outros. Além disso, os egressos são convidados a participar de palestras e têm acesso a uma série de benefícios, como o empréstimo de livros e materiais didáticos, o uso dos laboratórios da instituição durante horários livres, descontos em cursos de graduação e na realização de disciplinas isoladas, além de descontos nos cursos de pós-graduação.

Quanto à oferta de bolsas de estudo, a instituição disponibiliza diversas opções para seus alunos, incluindo bolsas do PROUNI, bolsas do FIES (Financiamento Estudantil), Bolsa Dependente Colaboradores, Bolsa Funcionário.

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Atendimento aos estudantes	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,26

No indicador atendimento aos alunos, foi avaliado, na percepção dos respondentes, a qualidade dos serviços acadêmicos prestados pelas unidades, incluindo aspectos como o tratamento com respeito, a qualidade das informações, a agilidade na solução dos problemas e os prazos para entrega de documentos.

O indicador de atendimento aos estudantes apresentou o resultado de 3,26 o que demonstra a necessidade de aprimoramento e capacitação constante. Para melhorar a qualidade do atendimento, a Comissão recomenda o investimento em treinamento contínuo para as equipes responsáveis, além da implementação de tecnologias que facilitem a comunicação entre os alunos e os setores de apoio. Adicionalmente, é importante realizar uma análise mais detalhada das áreas com maior demanda para direcionar ações de melhoria específicas, garantindo uma resposta mais ágil e eficiente às necessidades dos estudantes.

Além das estratégias mencionadas, outras recomendações para a melhoria do atendimento aos estudantes em 2026 incluem a potencialização da criação de programas de intercâmbio com outras instituições, inclusive de outros países, o que ampliaria as oportunidades de aprendizado e integração internacional. A continuidade e ampliação da oferta de projetos de extensão, assim como o incentivo aos eventos científicos e culturais, são essenciais para promover a iniciação científica e proporcionar uma formação mais completa aos discentes. Por fim, é importante investigar as razões pelas quais alguns acadêmicos consideraram o atendimento aos discentes menos satisfatório, permitindo que ações corretivas sejam implementadas e que o resultado da próxima avaliação institucional seja mais positivo.

7. Eixo 4: Políticas de Gestão

7.1 DIMENSÃO 5: políticas de pessoal

As políticas de pessoal são fundamentais para garantir o desenvolvimento e o aprimoramento das competências dos indivíduos que fazem parte de uma instituição de ensino, promovendo o crescimento coletivo e o compromisso com os objetivos organizacionais. A formação contínua e a valorização dos colaboradores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, são elementos chave para o sucesso de qualquer instituição. Com isso em

mente, a avaliação dessa dimensão na Faculdade Faipe concentrou-se em dois objetivos principais: verificar a operacionalização da política de pessoal docente e técnico-administrativo, além de analisar a existência e a qualidade de programas de qualificação profissional para essas duas categorias.

Para realizar essa avaliação, a CPA conduziu reuniões com a direção acadêmica, a direção geral e o departamento de pessoal, buscando entender melhor como as políticas de pessoal estão sendo aplicadas na prática. Durante essas conversas, foi possível identificar os processos relacionados à contratação, formação contínua e valorização dos profissionais, com ênfase na importância de programas de qualificação. A análise desses programas visou avaliar a eficácia das estratégias de capacitação tanto para os docentes quanto para os colaboradores técnico-administrativos, tendo em vista a melhoria constante do ambiente de trabalho e o desenvolvimento de habilidades essenciais.

Além disso, foi ressaltada a importância de fortalecer a comunicação interna e os canais de feedback com os colaboradores, para que possam expressar suas necessidades e sugestões em relação aos programas de qualificação e às políticas de pessoal. Tais ações são essenciais para garantir que todos os colaboradores estejam alinhados com as metas institucionais e possam contribuir de forma mais eficaz para o crescimento e sucesso da instituição. Assim, a Faculdade Faipe segue comprometida com o aprimoramento contínuo das suas políticas de pessoal, como um pilar para a excelência acadêmica e organizacional.

Após as reuniões acima destacadas durante todo o ano de 2025, constatou-se a necessidade de aprimorar a política de pessoal docente para garantir a contínua evolução acadêmica da instituição. Nesse sentido, esta Comissão recomenda contratar mais mestres e doutores para fortalecer o corpo docente, oferecendo maior robustez acadêmica. Além disso, sugere a criação de incentivos para que os professores participem e publiquem trabalhos em congressos ou revistas especializadas, o que contribuirá certamente para o desenvolvimento de suas carreiras e para a visibilidade da instituição. Também se considera importante estimular a criação de parcerias com outras Instituições de Ensino, permitindo aos docentes o acesso a programas de mestrado e doutorado, e o oferecimento de bolsas de estudos para docentes. Outras ações propostas incluem aprimorar a recepção aos novos docentes por meio de aulas show com temas voltados para o bem-estar e a motivação, além de aprimorar ainda mais o programa Conecta, que já visa a formação contínua dos professores, com foco na qualificação tanto formal quanto emocional, elementos essenciais para um ensino de qualidade e para o crescimento da instituição.

Para aprimorar a política de incentivos aos membros do corpo técnico-administrativo

em 2025, as seguintes ações são recomendadas por esta Comissão: oferecer mais cursos, com especial atenção aos relacionados ao atendimento ao cliente, garantindo a melhoria contínua do serviço prestado. Também se sugere a implantação de uma política de integração semestral entre os colaboradores, o que promoveria um ambiente mais colaborativo e harmônico. Além disso, propõe-se o oferecimento de ginástica laboral a todos os colaboradores, visando à saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. A comunicação aberta entre a direção e os setores, por meio de reuniões constantes, é fundamental para o alinhamento das ações. Outra recomendação é oferecer experiências de capacitação que qualifiquem os colaboradores para a solução eficaz de problemas, além de promover cursos focados em atendimento, técnicas de liderança e gestão de conflitos, para preparar ainda mais os colaboradores para os desafios do dia a dia.

7.2 DIMENSÃO 6: organização e gestão da instituição

Com base na premissa de que a gestão de uma instituição de ensino deve ser participativa, a CPA estabeleceu seus objetivos iniciais considerando as diretrizes do PDI e do PPI, além de realizar reuniões com os coordenadores de curso, a Direção Geral e a Direção Acadêmica. Dessa forma, foram definidos os seguintes objetivos para a análise desta dimensão:

- analisar o funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados;
- verificar a utilização da gestão e das tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- identificar os procedimentos adotados para organizar e conduzir os processos de tomada de decisão;
- apresentar e analisar os modos de participação dos envolvidos na gestão (consensual, normativa, burocrática); e
- identificar a percepção da comunidade acadêmica sobre a imagem da Instituição e dos cursos.

A Faculdade Faipe adota uma política de gestão profissional, participativa e democrática, com foco em conduta ética e moral. A regulamentação sobre o funcionamento da gestão acadêmica e administrativa, o organograma e os órgãos deliberativos estão descritos no Regimento da IES, devidamente protocolado no MEC. Além disso, a instituição segue uma política voltada à profissionalização do corpo diretivo, docente e técnico-administrativo, oferecendo cursos de atualização, capacitação e treinamento para garantir a constante evolução dos seus profissionais.

Os seguintes órgãos são responsáveis pela gestão das ações institucionais (vide PDI): na Administração Superior, destacam-se o Conselho Superior, a Diretoria da Unidade e a

Coordenação Acadêmica. Já na Administração Básica, estão o Colegiado do Curso e a Coordenação do Curso, que desempenham papéis fundamentais no acompanhamento e execução das políticas institucionais e educacionais.

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Gestão da Instituição	2025
Resposta dos coordenadores	5,0
Resposta dos membros do corpo técnico-administrativo	2,58
Resposta dos professores	3,88

O indicador gestão da unidade evidencia aspectos que caracterizam a atuação do diretor da unidade para que a IES, lugar formal onde se processa o conhecimento e forma-se o cidadão, seja bem gerido em todos os aspectos para funcionar com êxito e garantir qualidade educacional. Este indicador avalia aspectos tais como: a qualidade da comunicação com professores e colaboradores e do gerenciamento dos cursos, o crescimento planejado da unidade, sua responsabilidade social, as parcerias com a comunidade e o uso de indicadores para monitorar o nível de qualidade dos cursos.

Em 2025, a média foi 3,88. Para melhorar esse indicador, recomenda-se que a instituição promova uma maior transparência nas tomadas de decisão e um diálogo mais aberto entre a gestão e os atores envolvidos, a fim de alinhar as expectativas. Também seria benéfico investir em ações de valorização e incentivo ao corpo docente, incluindo programas de feedback contínuo, para que os professores sintam que suas opiniões são reconhecidas e consideradas no processo decisório.

Em relação ao corpo-técnico, percebe-se que alguns pontos precisam ser discutidos e alinhados para um melhor desempenho.

7.3 DIMENSÃO 10: sustentabilidade financeira

O conceito de sustentabilidade está diretamente ligado ao retorno financeiro de um projeto, garantindo sua continuidade e expansão. No contexto de uma instituição privada, o Plano de Desenvolvimento Institucional depende dessa sustentabilidade financeira para assegurar a sobrevivência da instituição, bem como a ampliação de seus serviços e sistemas. Para uma instituição educacional, é essencial conciliar a sustentabilidade financeira com a

qualidade dos processos pedagógicos, buscando assim aumentar sua relevância social.

No caso da Faculdade Faipe, as receitas provêm principalmente das mensalidades dos alunos, o que assegura o equilíbrio financeiro da instituição. A contabilidade e os demonstrativos financeiros são realizados pela Mantenedora e enviados mensalmente à Unidade para verificação. A análise da relação entre demanda, oferta e matrículas – fatores determinantes para o financiamento institucional – tem mostrado resultados positivos, com melhorias ou estabilidade nos cenários financeiros projetados para os próximos anos.

Após pesquisas sobre a forma como a questão financeira é tratada na IES, recomenda-se para 2025 a implementação de diversas ações para aprimorar a gestão financeira e promover maior transparência. Entre as sugestões, estão a realização de cursos de capacitação para novos gestores e coordenadores, a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo. Além disso, se sugere direcionar investimentos para a melhoria de equipamentos de informática, laboratórios, acervo bibliográfico e infraestrutura física. A divulgação frequente dos resultados obtidos com os recursos adquiridos é essencial para fomentar uma participação ativa de todos os setores. Também se recomenda o desenvolvimento de um planejamento orçamentário mais amplo e participativo, além da coleta de informações dos docentes, discentes e colaboradores para compreender as necessidades e propor melhorias de forma ágil e eficaz.

8. Eixo 5: Infraestrutura Física

8.1 DIMENSÃO 7: infraestrutura física

Partindo do pressuposto de que a infraestrutura física desempenha um papel fundamental na qualidade do ensino, a comissão estabeleceu como propósitos principais: analisar a adequação da infraestrutura da instituição, incluindo salas de aula, biblioteca, laboratórios de práticas, espaços de uso comum e laboratórios de informática; verificar a satisfação e percepção dos acadêmicos quanto à qualidade e conservação da estrutura física; e avaliar a acessibilidade, visando sempre beneficiar o processo educativo.

Para auxiliar na análise da infraestrutura da instituição, a CPA realizou visitas a todos os setores institucionais, a fim de conhecer adequadamente a estrutura física atual. Além disso, agendaram reuniões com a direção e com os coordenadores de curso para discutir as condições de infraestrutura e as possíveis necessidades de melhoria.

Os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados aos acadêmicos e à comunidade interna da instituição forneceram dados importantes para a avaliação da situação

atual. Esses resultados ajudaram a identificar pontos fortes e áreas que necessitam de aprimoramento para garantir uma infraestrutura que atenda plenamente às demandas acadêmicas e ofereça um ambiente de ensino de qualidade.

AVALIAÇÃO DAS SALAS DE AULA

Salas de aula	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,43

AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Biblioteca	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,77
Resposta dos Coordenadores	5,00
Resposta dos Professores	3,93

AVALIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA/PRÁTICAS

Laboratórios de informática/práticas	2025
Resposta dos Acadêmicos	3,14

AVALIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO

Espaços de convivência e alimentação	2025
Resposta dos Acadêmicos	2,98
Resposta dos Coordenadores	5,00
Resposta dos Professores	1,40
Resposta dos Membros do corpo técnico-administrativo	2,02

A análise dos laboratórios de informática e de práticas abrangeu as condições de funcionamento, a qualidade e modernidade dos equipamentos, a adequação para a realização de atividades práticas e a acessibilidade para os alunos fora do horário regular de aula.

A avaliação das salas de aula considerou a adequação das instalações ao processo de ensino-aprendizagem, incluindo climatização, capacidade de acomodação, conforto,

disponibilidade de recursos audiovisuais, qualidade da iluminação e condições acústicas.

A biblioteca foi examinada com base no horário de funcionamento, na qualidade do atendimento, na eficiência do sistema informatizado, na abrangência e atualização do acervo, bem como na acessibilidade às bibliografias em formato físico e digital.

A avaliação do espaço de convivência e alimentação considerou a adequação das instalações para o bem-estar e a interação dos alunos e colaboradores, abrangendo a disponibilidade de assentos, a organização do ambiente, a acessibilidade, a higiene, a qualidade da ventilação e iluminação, além da manutenção das áreas comuns. No que se refere à alimentação, foram analisados a variedade e qualidade das opções disponíveis na cantina ou estabelecimentos comerciais do entorno, os preços praticados, a adequação nutricional dos alimentos ofertados, a eficiência no atendimento e a conformidade com as normas sanitárias.

A partir dos indicadores, é possível gerar o Índice de Qualidade da Infraestrutura¹.

Índice Geral de Infraestrutura	2025
Faculdade Faipe	3,29

O Índice Geral de Infraestrutura foi 3,29 em 2025. Essa nota pode ser atribuída a fatores como o aumento da demanda por determinados espaços, ajustes operacionais em períodos de maior utilização e possíveis percepções pontuais dos alunos em relação a aspectos como manutenção, renovação de equipamentos e disponibilidade de recursos. A nota indica que a infraestrutura segue atendendo de forma satisfatória às necessidades acadêmicas e institucionais.

Com base na análise das notas e na realidade institucional, a Comissão recomenda, para 2026, a implementação de medidas estratégicas para aprimorar a infraestrutura acadêmica e elevar a percepção dos alunos e colaboradores quanto à qualidade dos espaços. Dentre as principais ações sugeridas, destaca-se a continuidade dos investimentos em equipamentos para os laboratórios institucionais, garantindo a atualização e adequação dos recursos tecnológicos. Para um aprimoramento mais assertivo, torna-se essencial identificar as razões que levaram os alunos e colaboradores a avaliar determinados aspectos da infraestrutura de forma menos favorável, permitindo intervenções direcionadas para melhorar os resultados da próxima avaliação institucional. Por fim, a Comissão reforça a importância de ações voltadas ao

¹ Para o cálculo do Índice Geral de Infraestrutura, leva-se em consideração às notas atribuídas com a avaliação dos seguintes tópicos: salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática/práticas e espaços de convivência e alimentação.

incremento do Índice Geral de Infraestrutura, com a meta de manter a nota 4,0 nos próximos ciclos avaliativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste relatório, esta Comissão Própria de Avaliação reforça a importância do processo de autoavaliação como um instrumento essencial para a análise contínua das atividades institucionais e de suas finalidades. Esse processo permite a identificação das causas de eventuais fragilidades, contribui para o aprimoramento da consciência pedagógica e da qualificação profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalece a cooperação entre os diversos setores institucionais e possibilita a verificação da relevância científica e social das ações desenvolvidas. Além disso, a autoavaliação desempenha um papel fundamental na prestação de contas à sociedade, garantindo transparência e alinhamento com as demandas da comunidade acadêmica e externa.

A qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional são reconhecidos pela comunidade acadêmica por meio de uma análise criteriosa das potencialidades, desafios e fragilidades vivenciadas na instituição. A CPA verifica que os documentos institucionais expressam com clareza a missão, visão e valores institucionais, apresentando de maneira objetiva as finalidades, objetivos e compromissos voltados à comunidade acadêmica.

A partir da análise documental, constatou-se que esta Instituição de Ensino Superior possui propósitos bem definidos, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e adota uma política de implementação estruturada e acessível. As atividades acadêmicas são planejadas com referência a diretrizes institucionais claras, garantindo o cumprimento da função social da instituição e a efetividade do processo educacional.

Diante disso, a Comissão Própria de Avaliação reafirma a necessidade de que os resultados das avaliações institucionais sejam continuamente integrados aos processos decisórios em todas as esferas de gestão da Faculdade Faipe. Essa prática contribui para a busca permanente pela excelência acadêmica, o aprimoramento contínuo do planejamento e da gestão institucional e o fortalecimento dos compromissos político-sociais da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei No. 10.861 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Art. 8º. Publicada no D.O.U de 15 de

abril de 2004.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Org.). Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento. 1ª Brasília: Inep, 2006. 182 p.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 4. Ed. ampliada. Brasília: INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de Credenciamento, Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica, na modalidade presencial. Brasília: INEP, 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 62, Brasília: INEP, 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, Brasília: INEP, 2014.